PAUTA
Reunião
de RELTs
26/8/2026

SINDICATO DOS ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Reunião de Representantes do SINESP nos Locais de Trabalho - 26/8/2026

SINESP®

Conecte-se ao SINESP: www.sinesp.org.br

sinespsp (11) 3116-8400

A. Palestra - Controle, vigilância e precarização: como a plataformização da educação pública reestrutura o trabalho e adoece profissionais de Educação

Michelangelo Torres - Professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Doutor em Ciências Sociais (IFCH/Unicamp), mestre em sociologia do trabalho (Ifch/Unicamp), realizou estágio pós-doutoral em Educação, na linha Trabalho e Educação na FE/Unicamp. Publicou diversos livros e capítulos de livros acadêmicos e contribui com formação sindical e de dirigentes sindicais. Pesquisa políticas educacionais com ênfase na relação Trabalho e Educação, educação profissional, sociologia do trabalho, marxismo e sindicalismo.

B. Conjuntura e desafios da categoria

Se avizinha um processo eleitoral decisivo para a organização social, política e econômica do país.

A agenda neoliberal e as pautas de direita e extrema direita, inclusive a entrega das riquezas e dos processos produtivos do país a interesses de grandes potências, tendem a levar ao enfraquecimento interno e externo, à perda de direitos pela população e ao aprofundamento das desigualdades e da pobreza.

Essa situação se manifesta de forma articulada em diferentes escalas de poder e exige resposta coletiva e organizada por meio de lutas políticas e sindicais e, também, atuação na campanha eleitoral, pela vitória de um projeto nacional, de resistência ao intervencionismo e ao controle estrangeiro, centrado no fortalecimento do país, de seus processos produtivos, do emprego, dos serviços públicos e dos direitos dos trabalhadores, da democracia e da independência dos poderes da República.

No âmbito nacional, o debate sobre o fim da escala 6x1 segue como um dos temas centrais na pauta trabalhista, expondo a resistência de setores patronais e dos representantes de seus interesses no parlamento a qualquer avanço nos direitos dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que mobiliza sindicatos e centrais em torno de uma reivindicação defendida pela maioria da população.

A pauta do apensamento da-PEC6/2024 à PEC 555/06, que busca barrar o confisco previdenciário imposto aos aposentados, é outra das bandeiras de resistência mais urgentes, assim como a cobrança pelo julgamento, no Supremo Tribunal Federal, das ADIs que contestam a Reforma da Previdência aprovada nos últimos anos.

Esse cenário se conecta às políticas adotadas pelo governo do estado de São Paulo e pela prefeitura da capital, que caminham na direção do enxugamento do Estado, terceirização e privatização de serviços com a entrega de setores estratégicos e verbas públicas à iniciativa privada.

No âmbito estadual, as políticas do governador atingem vários setores. A privatização da Sabesp e da CPTM e a forte investida sobre a Educação fragilizam direitos historicamente conquistados pelos servidores, desmontam empresas e serviços públicos, desviam recursos do orçamentário para empresas privadas.

No município, as ações do prefeito seguem esse mesmo direcionamento neoliberal com ataques atualmente centrados na educação municipal, submetida a uma ofensiva coordenada com a esfera estadual.

A SME detém um orçamento de expressivos R$ 26,54 bilhões, mas o destino do montante e a condução política da prefeitura revelam frentes alarmantes de desmonte da Rede Municipal de Ensino (RME). Na Educação Infantil, embora a fatia do orçamento compute nominalmente R$ 13,94 bilhões, a transformação do cargo de PEI em PEIF (Lei 18.463/26) atua para mascarar o

déficit crônico de servidores.

O edital que transfere a gestão administrativa e pedagógica de 3 EMEFs para entidades privadas (Chamamento Público nº 03/SME/2026) colide diretamente com o montante de R$ 7,56 bilhões destinados ao ensino fundamental, evidenciando que a verba pública está sendo canalizada para o favorecimento de interesses empresariais. Essa tentativa de entrega da gestão das EMEFs e a Lei 18221/24 representam um avanço concreto da terceirização sobre a rede pública.

A imposição de plataformas é outra forma de desmontar o ensino público. A Elefante Letrado, por exemplo, desconsidera o Currículo da Cidade, os PPPs e toda a construção coletiva dos profissionais da educação, evidenciando um padrão de gestão que subordina a autonomia pedagógica e as condições de trabalho da categoria a interesses que não são os da comunidade escolar nem dos trabalhadores da educação.

Diante desse cenário, a consciência sobre os ataques do governo Nunes, a resposta organizada e a participação da categoria nas lutas são o caminho mais efetivo de resistência.

Por isso o SINESP atua de forma permanente para mobilizar sua base, com presença constante nas UEs, em diálogo direto com as equipes gestoras e a comunidade escolar. E expande em ações territoriais e de conscientização social para dialogar diretamente com usuários dos serviços e toda a população.

Ações recentes:

✔ A ***Frente Unitária em Defesa da Educação e dos Serviços Públicos***, com ato marcado para o dia 28 de agosto, é um exemplo concreto de que a mobilização coletiva segue como principal ferramenta de enfrentamento.

✔ ***Presença nos CEUs***: No Dia da Família, dirigentes do SINESP dialogaram com gestores e distribuíram boletins denunciando o perigo estrutural da privatização promovida pelo governo municipal.

✔ ***Presença nos Polos Pedagógicos***: Atuação em 162 polos durante as Jornadas Pedagógicas para combater os efeitos da Lei 18.463/26 e denunciar a precarização dos profissionais da infância.

✔ ***Frente dos Servidores Aposentados***: Participação ativa no 20º Encontro Nacional (MOSAP), pressionando no Congresso Nacional pelo apensamento da PEC 6/2024 à PEC 555/2006 para extinguir a contribuição previdenciária de servidores aposentados - A defesa da aposentadoria digna e da previdência pública não é uma, mas parte de um projeto mais amplo de sociedade que valoriza o serviço público e quem o constrói cotidianamente.

✔ ***A Batalha Jurídica e Institucional***: Para fortalecer a luta organizada, o SINESP investe também no enfrentamento jurídico para frear o circuito da mercantilização de direitos e contra os abusos normativos da prefeitura:

- Suspensão do Edital de Privatização - O SINESP moveu uma Ação Civil Pública que foi unificada ao processo do Ministério Público, gerador da liminar judicial suspendendo o Chamamento Público nº 03/SME/2026.
- Inquérito Civil por Práticas Antissindicais - Em tramitação na 2ª Região do MPT, o Sindicato apresentou provas robustas contra as restrições à liberdade sindical e à imposição de medidas à revelia das negociações coletivas.

A importância de eleger representantes dos trabalhadores

Por fim, é necessário reforçar que o processo eleitoral que se avizinha é estratégico para fortalecer o combate às políticas neoliberais, privatistas e entreguistas dos recursos públicos para empresas privadas, e aos extremistas de direta que atuam para destruir a democracia e desmontar os princípios de uma educação pública emancipadora, inclusiva, gratuita, de qualidade e para toda a população.

Eleger representantes que se contraponham à maioria hoje dominante no Congresso Nacional é essencial para emplacar políticas públicas que fortaleçam os direitos da população, como a educação e saúde, mudem a lógica da arrecadação de impostos para taxar as grandes fortunas, promovam o crescimento econômico, o emprego, a justiça e a igualdade e defendam os pilares da democracia brasileira.

Esses representantes e seus partidos são aqueles ligados às lutas do povo, que propõem, encaminham e defendem as pautas da classe trabalhadora e os serviços públicos, que combatem as desigualdades e lutam por um país justo e humanitário. É essencial ter sempre isso em mente, em especial nas eleições deste ano, que tem potencial para decidir a vida do país e de sua população em vários aspectos.

C. SINESP aciona justiça para fortalecer a luta contra terceirização da gestão de EMEFs

O SINESP ingressou com uma Ação Civil Pública na Justiça para barrar o Chamamento Público nº 03/SME/2026, promovido pela Prefeitura de São Paulo.

O edital da SME tem como objetivo transferir a gestão integral de três novas Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs) — localizadas em Parelheiros, Pedreira e Jaraguá — para entidades privadas (organizações da sociedade civil). Há previsão de repasse de R$ 120,6 milhões de dinheiro público ao longo de cinco anos para que essas organizações assumam toda a gestão pedagógica e administrativa das unidades.

A medida é uma verdadeira "privatização com dinheiro público" que coloca entidades privadas como gestoras de escolas estatais, permitindo que contratem e demitam trabalhadores, incluindo cargos de direção escolar e profissionais da educação, sem as regras do serviço público.

A ação aponta que o edital viola princípios constitucionais e solicita a garantia de fundamentos legais, como o ingresso por concurso público, a gestão democrática e a valorização profissional, o cumprimento da LDB e da Lei Orgânica do Município de São Paulo e o uso e destinação corretos de recursos públicos.

União de ações: No dia 18 de agosto, a 16ª Vara da Fazenda Pública, onde tramitava a ação específica do SINESP, reconheceu a conexão da demanda do Sindicato com a ação do Ministério Público e enviou o processo para a 13ª Vara. Com isso, os processos serão julgados em conjunto, somando forças contra o edital.

Antes, em decisão no dia 17 de agosto de 2026, a 13ª Vara da Fazenda Pública concedeu liminar — proveniente de uma ação conjunta do Ministério Público de SP e da Defensoria Pública — determinando a suspensão imediata do Chamamento Público. A Justiça considerou que o modelo é incompatível com a Constituição Federal (que exige concurso público para a rede pública de ensino).

Com a decisão, ficam impedidos o andamento do edital, a celebração de contratos ou qualquer repasse de verbas até o julgamento definitivo. O SINESP considera a suspensão uma importante conquista na defesa do patrimônio público e no combate ao desmonte e privatização da educação municipal. E mantém a mobilização e aluta política e sindical contra essa e outras medidas privatistas do prefeito de São Paulo.

Ato contra privatizações e terceirizações: a Frente Unitária em Defesa da Educação, dos Serviços Públicos e Contra as Privatizações e Terceirizações reúne entidades sindicais, movimentos sociais, estudantis e organizações populares em uma ampla mobilização em defesa dos direitos sociais, dos serviços públicos, do patrimônio público e contra as privatizações, terceirizações e o desmonte de políticas essenciais à população. Para o SINESP, essa luta tem na defesa da educação pública, gratuita, democrática e de qualidade e na valorização dos profissionais da educação uma de suas frentes fundamentais. Nesse sentido, a Frente realiza um grande ato no dia 28 de agosto, às 14h, em frente ao MASP, na Avenida Paulista, reunindo trabalhadores e movimentos para dar visibilidade à resistência contra o avanço das políticas de privatização e retirada de direitos. O SINESP convoca seus filiados e toda a categoria a participar e fortalecer essa mobilização, mostrando que defender a educação pública também é lutar pela preservação e ampliação dos serviços públicos e pelos direitos de toda a população.

D. SINESP é contrário à plataformização da educação e condena uso da plataforma Elefante Letrado pela PMSP

A Prefeitura de São Paulo aderiu ao Programa Alfabetiza Juntos-SP e formalizou, em março de 2026, a disponibilização temporária da plataforma digital Elefante Letrado para estudantes, professores

e gestores do Ensino Fundamental, especialmente dos 1º e 5º anos. A iniciativa integra uma cooperação com o Governo do Estado de São Paulo, com vigência prevista de 60 meses.

Em reunião com a SME, o SINESP reforçou ao secretário seu posicionamento contrário à adoção de mais uma plataforma. Sobretudo como essa, que tira contato estimulante com o livro para colocar o estudante na frente de uma tela, justamente num momento em que os profissionais da RME concentram esforços em diminuir a quantidade de telas a que os estudantes são expostos e proporcionar uma relação mais humana com a educação.

Para o sindicato, a adesão não considerou adequadamente o Currículo da Cidade nem as características da Rede Municipal de Ensino. Também desconsidera estudos e evidências que mostram prejuízos para as crianças, no nível de atenção e concentração, na capacidade de abstração e no desenvolvimento cognitivo.

Essa plataforma da educação estadual tende a reduzir a leitura a métricas e metas, tempo de uso, quantidade de livros, pontuações e indicadores, deslocando o foco da experiência cultural, estética e formativa dos estudantes para a produtividade mensurável. A imposição dessa e de qualquer outra plataforma compromete a autonomia de professores e escolas e desconsidera as especificidades dos territórios.

Há ainda dificuldades relacionadas à infraestrutura das escolas, como falta de equipamentos, internet insuficiente e problemas de acesso, além do risco de sobrecarga para professores e coordenadores pedagógicos. O monitoramento de dados e resultados pode ampliar a burocratização e desviar a Gestão de suas funções de formação, planejamento e acompanhamento da aprendizagem.

Diante dessas preocupações, o SINESP solicitou à Secretaria Municipal de Educação a retirada da obrigatoriedade de uso da plataforma, a apresentação de estudos que fundamentem a adesão ao programa estadual e o fortalecimento das políticas próprias da Rede Municipal e do Currículo da Cidade.

E. SINESP questiona proposta da SME de desmembrar etapas de ensino nas EMEFMs

A Secretaria Municipal de Educação (SME) está estudando o desmembramento do Ensino Fundamental I do Fundamental II e do Ensino Médio nas unidades que atualmente integram essas etapas. Até o momento, três DREs e seis unidades educacionais foram chamadas para serem comunicadas do projeto.

SINESP defende diálogo com as comunidades e respeito à gestão democrática!

Questionada pelo SINESP, a SME informou que o desmembramento não será obrigatório em 2027. As unidades deverão discutir a possibilidade com suas comunidades educacionais e Conselhos de Escola e encaminhar a decisão à DRE antes do período de remoção. Caso optem por não realizar a mudança, deverão apresentar argumentos que fundamentem a decisão.

Para o SINESP, uma alteração dessa dimensão não pode ser tratada como simples reorganização administrativa. É necessário avaliar os impactos pedagógicos e administrativos, a continuidade da trajetória dos estudantes, os projetos político-pedagógicos, os espaços físicos, os recursos humanos e a organização das unidades.

O sindicato defende que as comunidades educacionais sejam efetivamente ouvidas e tenham suas decisões respeitadas. Uma mudança estrutural na Rede não pode ser feita a toque de caixa, sem estudos consistentes e sem considerar as especificidades de cada escola. O SINESP acompanha esse situação e cobra da SME transparência e participação democrática das comunidades educacionais.

Qualquer mudança na organização das escolas deve ter como prioridade a garantia do direito à Educação e a qualidade do ensino — e não pode ser decidida sem a participação de quem vive diariamente a realidade escolar.

O SINESP reforça sua posição contrária à reforma do ensino médio da forma como vem sendo discutida e implementada.

F. SINESP cobra cumprimento dos protocolos e avança em novas negociações com a SME

O SINESP, junto com os demais sindicatos da Coeduc, segue acompanhando e cobrando da Prefeitura o cumprimento integral dos compromissos assumidos nos Protocolos nº 02/2025 e nº 02/2026. A atuação permanente nas mesas de negociação alcançou avanços, mas ainda há itens que precisam ser efetivados.

Entre os compromissos atendidos estão a regulamentação da reposição dos dias não trabalhados nas paralisações e a garantia de que essas ausências não prejudiquem o cálculo da assiduidade para a primeira parcela do PDE (itens 3 e 3.1).

Também foram autorizados concursos para 3 mil PEIF e 1,5 mil PEF II e Médio, além da nomeação de 483 PEIs e 653 ATEs, com convocação para escolha de vagas (itens 13 e 14). O protocolo, porém, prevê concurso para todos os cargos da Educação. Por isso, o SINESP cobra urgência na autorização de concursos para gestores, diante das 198 vagas de Coordenador Pedagógico, 236 de Diretor de Escola e 37 de Supervisor Escolar atualmente em aberto.

Na área ambiental, a publicação da Lei nº 18.551/2026 representa um primeiro passo para a elaboração do plano de climatização das unidades educacionais, compromisso previsto nos itens 7, 7.1 e 7.2. O Sindicato acompanha a regulamentação e a implementação das medidas.

Outro compromisso em andamento é a instalação de Grupos de Trabalho. Na saúde mental, a Portaria SME nº 7.969/2026 instituiu o GT responsável por elaborar propostas para a promoção da saúde mental dos profissionais da Educação.

O SINESP também solicitou informações detalhadas e quantitativos sobre os atendimentos médicos realizados pelo HSPM, além de dados sobre licenças médicas dos profissionais da Educação. O objetivo é mapear as principais demandas e problemas, inclusive por regiões, para subsidiar a elaboração de estratégias de prevenção, aprimorar o atendimento oferecido pelo HSPM e avaliar a efetividade das políticas públicas já implementadas. Esse diagnóstico também será fundamental para identificar medidas necessárias à prevenção do adoecimento mental dos profissionais da Educação.

No atendimento especializado, o crescimento das matrículas de estudantes com NEE — de 18.135, em junho de 2024, para 22.597, em junho de 2025 — não foi acompanhado pela ampliação proporcional dos módulos de profissionais. O SINESP quer um cronograma concreto de ações e a transparência sobre a quantidade de profissionais especializados disponível em cada unidade.

A cobrança também ocorre em outras frentes. O Sindicato mantém atuação judicial diante de práticas antissindicais e violações ao direito de greve. Denúncia apresentada pelo SINESP ao Ministério Público do Trabalho resultou, em 8 de julho de 2026, na instauração de Inquérito Civil para apurar as irregularidades apontadas.

Novas negociações do protocolo avançam

As negociações com a SME continuam e novos compromissos começam a sair do papel.

O **GT de Saúde Mental** já iniciou os trabalhos e realizará sua segunda reunião, com apresentação de informações que subsidiarão as discussões, incluindo dados sobre profissionais em readaptação e licença médica. Também está prevista a apresentação, pela Seges, do projeto Rede Somos.

O **PDE**, outro compromisso do protocolo, está em discussão e pode ter novos encaminhamentos com a publicação de decreto. O SINESP e a Coeduc, porém, discordam de critérios que se afastem do que foi convencionado nas negociações.

Também avançaram as conversas sobre o **processo de remoção**, especialmente em relação à possibilidade de participação dos profissionais em estágio probatório. No caso dos professores readaptados, o Sindicato apresentou propostas para melhorar suas condições de trabalho e o tratamento dado a esses profissionais. A SME apresentou ainda uma minuta de Instrução Normativa para reorganização do módulo de readaptados, tema que segue em discussão e acompanhamento pela Coeduc, aguardando publicação.

Na área de **segurança no entorno e proteção dos profissionais da Educação**, o Gabinete Integrado de Proteção Escolar (GIPE) apresentou à Coeduc, em reunião no gabinete da SME, um primeiro esboço do proto-

colo para encaminhamento de situações de violência, ameaças, agressões e acidentes nas unidades educacionais. Diante da diversidade e da complexidade das ocorrências, as entidades solicitaram o envio do documento para análise mais detalhada e avaliação das medidas propostas. O tema segue sendo acompanhado pela Coeduc, que considera fundamental a construção de procedimentos efetivos para garantir maior proteção aos profissionais da Educação e às comunidades escolares.

O lançamento pela SME da campanha "Voltar pra escola é pra já!" é parte do cumprimento do item do protocolo sobre a **EJA – Educação de Jovens e Adultos.** Nas negociações, os Sindicatos da Coeduc denunciaram a falta de chamamento público para novas vagas e a indicação de que isso estaria ligado ao objetivo de entregar esses alunos para instituições privadas, como mais uma forma de desviar recursos públicos, e exigiram ampla divulgação das vagas e formas de inscrição.

O SINESP reforça que protocolo assinado não é ponto final da campanha salarial. É compromisso a ser cumprido. Por isso, segue nas mesas de negociação, acompanhando cada item e cobrando da Administração medidas concretas que garantam direitos e melhores condições de trabalho para os profissionais da Educação.

G. PDE: SINESP critica critérios que penalizam profissionais por fatores que não controlam

O Prêmio de Desempenho Educacional (PDE) está entre os itens do protocolo de negociações firmado pelas entidades sindicais com a Prefeitura. O acordo prevê a publicação, ainda em agosto, do decreto que regulamentará o PDE 2026.

O Sindicato, porém, mantém sua contrariedade à utilização de critérios que responsabilizam os profissionais por situações que fogem à sua atuação e ao controle das unidades. Entre eles está a frequência dos estudantes na Educação Infantil, onde a ausência das crianças pode ocorrer por inúmeras razões que não dependem dos trabalhadores da educação.

Também preocupa o vínculo do prêmio a resultados de avaliações externas e ao cumprimento de metas que não consideram as condições concretas de trabalho das escolas, como a falta de recursos financeiros e humanos, materiais e equipamentos e as diferentes situações de vulnerabilidade dos estudantes.

Na questão da assiduidade dos servidores, a Coeduc conseguiu evitar uma regra ainda mais rígida apresentada pela Prefeitura: a proposta inicial previa a perda de todo o PDE para quem tivesse seis faltas no ano. A negociação estabeleceu dois períodos de seis faltas, um em cada semestre, limitando eventual perda ao percentual correspondente à frequência, sem afetar os demais critérios do prêmio.

O SINESP reafirma sua posição: faltas e afastamentos por motivos de saúde não devem ser utilizados para reduzir o PDE.

O SINESP defende que o reconhecimento profissional não pode estar subordinado a resultados que dependem de fatores alheios ao trabalho desenvolvido pelos educadores. O PDE desconsidera a realidade da Rede Municipal e não valoriza, de fato, o trabalho realizado nas unidades educacionais.

A própria regulamentação anterior do PDE já estabelece a combinação entre desempenho das unidades e assiduidade dos servidores, e o SINESP vem questionando o caráter punitivo dessa lógica.

O SINESP defende que o PDE seja uma política efetiva de valorização dos profissionais da Educação, e não uma bonificação condicionada ao cumprimento de metas e indicadores. O Sindicato é contrário à lógica meritocrática que responsabiliza individualmente os trabalhadores por resultados educacionais que dependem das condições sociais, estruturais e pedagógicas de cada unidade.

O PDE deve reconhecer o trabalho coletivo de todos os profissionais da Educação, considerar as diferentes realidades das escolas e garantir critérios transparentes e justos. Para o SINESP, a valorização deve ocorrer principalmente por meio de salários, carreira, condições de trabalho e políticas permanentes, e não por prêmios vinculados a metas de desempenho.

H. SINESP promove seminário sobre avaliações externas e seus impactos na Educação

A partir das discussões realizadas no Grupo de Trabalho (GT) de Coordenadores Pedagógicos, que também contou com a participação de diretores e supervisores, o SINESP promoverá um seminário para ampliar a compreensão e o debate sobre as avaliações externas e seus impactos na Rede Municipal de Ensino.

A proposta surgiu no próprio GT e foi construída a partir da escuta dos profissionais que vivenciam, no cotidiano das escolas, as consequências dessa política. O objetivo é contribuir para que toda a equipe gestora compreenda melhor os mecanismos das avaliações externas, suas exigências e os efeitos da política de atendimento de metas sobre o trabalho educacional.

O debate também será ampliado para a Educação Infantil. As cobranças relacionadas ao atingimento de índices e metas não estão restritas ao Ensino Fundamental e já alcançam as EMEIs, trazendo novas exigências para o trabalho desenvolvido nessa etapa da educação.

O seminário será mais uma iniciativa do SINESP para ampliar o debate com a categoria, os profissionais da Educação e a sociedade, questionando políticas que submetem o trabalho educativo à lógica de metas e resultados, fortalecendo a defesa de uma educação pública de qualidade, democrática e socialmente referenciada.

I. Ação dos 81%

O ministro relator do Superior Tribunal de Justiça (STJ) da ação dos 81% não admitiu a análise dos recursos apresentados pelo Município/IPREM nem pelo SINESP. Dessa forma, segue valendo o Acórdão e o entendimento do Tribunal de Justiça de São Paulo, que retira a data corte dos critérios adotados para o recebimento do reajuste de 25,32%.

Os gestores educacionais podem aderir à ação, independentemente do ano de ingresso no cargo. Porém, para receber valores retroativos ao processo na forma de precatórios será levado em consideração apenas o tempo de serviço em cargo representado pelo SINESP, o que vai contra a sentença original. Sendo assim, o SINESP segue trabalhando junto à justiça para garantir que seja cumprida a sentença de 2021.

O texto do Acórdão é prejudicial para todos que aguardam a execução da ação, porque traz diferenciações entre os representados pelo SINESP. O Departamento Jurídico do sindicato apresentou um novo recurso pedindo a revisão da decisão individual, que pode ser reconsiderada pelo ministro relator ou encaminhada para a análise conjunta dos ministros da Segunda Turma do STJ.

Lotes 5 e 6

Os documentos dos filiados listados nos lotes 5 e 6 da ação já estão com o Procurador do Município responsável pela execução da ação. Esse cadastro, porém, está aguardando a resolução das questões vinculadas ao lote 4 na justiça. Esse lote teve critérios e obstáculos criados pela Prefeitura para dificultar novas adesões à ação.

O Jurídico do SINESP entrou com medidas judiciais para superar esses obstáculos, mas já registrou novas listagens antes da solução dessas questões para garantir o maior número possível de beneficiários antes da prescrição da ação.

J. Relatos dos Representantes dos Locais de Trabalho

JUNTOS SEGUIMOS MAIS FORTES!



Fique informado e participe das lutas!

Acompanhe o Site e as Redes sociais do SINESP

www.sinesp.org.br sinespsp (11) 3116-8400

Siga o Canal do SINESP No WhasApp

RECEBA ATUALIZAÇÕES DIÁRIAS

O SINESP utiliza seu canal do WhatsApp para fazer os envios diários de informações à categoria: notícias, boletins, resumo diário do DOC, atualizações das lutas e ações, etc.

Siga o canal do sindicato no WhatsApp e clique no sininho para receber notificações sempre que o SINESP fizer qualquer atualização.

Veja como fazer para seguir o Canal do SINESP:

Use o link ou o QR Code ao lado para acessar o Canal do SINESP.

Clique em SEGUIR e marque o sininho para receber notificações das publicações do SINESP.

https://whatsapp.com/channel/0029VaDZOtTEwEjvw9myzH1g